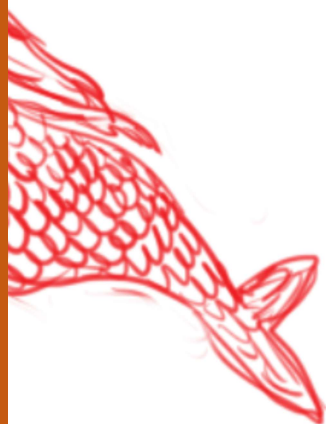




Arquivos & Educação

**Experiências e pesquisas
brasileiras em diálogo**



**Ivana Denise Parrela
Adriana Carvalho Koyama
(organizadoras)**



ENSINO EM ARQUIVOLOGIA:

análise dos cursos no Estado da Paraíba

ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega (1)
SOUSA, Dulce Elizabeth Lima de Sousa E. (2)

1. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Rua Cônego João de Deus, 200, Castelo Branco – João Pessoa – PB
maxsteelbr@hotmail.com

2. Instituto Federal de Sergipe (IFS)
dulcelizabeth@gmail.com

RESUMO

Este estudo objetiva expor a realidade dos cursos ofertados pelo estado da Paraíba na área da Arquivologia. Para tanto, recorreremos à literatura específica para compreender como se deu o surgimento da Arquivologia enquanto disciplina. Posteriormente, realizamos a coleta de dados por meio da qual constatamos a existência de quatro instituições com ensino voltado para a área da Arquivologia, sendo duas da esfera federal e duas do Poder Público estadual. Concluímos que a ausência de cursos ainda é significativa no País, em que alguns estados sequer possuem curso superior, muito menos cursos técnicos.

Palavras-chave: Cursos. Arquivologia. Paraíba.

Introdução

A Arquivologia ganha cada vez mais visibilidade no Brasil. Isso fica evidente na oferta dos cursos criados em diferentes instituições, com o intuito contribuir para a formação e qualificação dos profissionais, incluindo-se, inclusive, áreas consideradas interdisciplinares.

Compreendemos a necessidade dos profissionais e das organizações vinculadas, direta ou indiretamente, aos arquivos de aplicar os conhecimentos arquivísticos, como no caso dos métodos e técnicas de arquivamento, dentre outros. Acreditamos que tal necessidade está, na maioria das vezes, ligadas aos procedimentos legais, mais especialmente na adoção e aplicação da Lei 12.527, de 2011, mais conhecida como “Lei de acesso à informação”, que expressa a garantia dos direitos dos cidadãos sobre o acesso às informações, especificamente quando esta tem sua origem no setor público.

Este estudo objetiva analisar a oferta de cursos voltados para a população do estado da Paraíba no que concerne à área da Arquivologia, em diferentes níveis (aperfeiçoamento, graduação, etc.). Esta pesquisa se justifica pela preocupação em apontar os prováveis cursos no âmbito dos arquivos, na perspectiva de difundi-los e valorizá-los.

Arquivologia enquanto disciplina

Neste artigo, pretendemos discutir aspectos importantes da Arquivologia enquanto disciplina. Antes, porém, é importante situar quando surgiram os arquivos. Silva e Ribeiro (2009, p. 204) explicam que “a origem dos arquivos confunde-se com o próprio surgimento da escrita, o que demonstra a ideia de que eles sempre foram encarados como bases e veículos de informação”. Outro posicionamento sobre tal surgimento é o de Sousa (2013, p. 95), quando expressa que “é consenso entre os autores que só podemos falar em arquivos quando o homem passou a produzir registros escritos dos seus atos, sentimentos e conhecimentos”.

A partir do exposto nas falas dos referidos autores, percebemos consenso, uma vez que os posicionamentos atrelam a origem dos arquivos ao domínio da escrita, uma vez que dela depende a produção dos registros escritos. Mas afinal, o que é arquivo? Não existe uma única definição para o termo em questão, mas, pelo menos, quatro. Explica Paes (2004, p. 24):

Arquivo – 1. Designação genérica de um conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou

privada, caracterizado pela natureza orgânica de sua acumulação e conservado pro essas pessoas ou por seus sucessores, para fins de prova ou informação. De acordo com a natureza do suporte, o arquivo terá a qualificação respectiva, como, por exemplo, arquivo audiovisual, fotográfico, iconográfico, de microformas, informático. 2. O prédio ou uma de suas partes, onde são guardados os conjuntos arquivísticos. 3. Unidade administrativa cuja função é reunir, ordenar guardar e dispor para uso conjuntos de documentos, segundo os princípios e técnicas arquivísticos. 4. Móvel destinado à guarda de documentos. (PAES, 2004, p. 24).

Em consonância com este pensamento, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2013, p. 27) apresenta quatro conceitos:

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. 2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos. 3 Instalações onde funcionam. 4 Móvel destinado à guarda de documentos.

Os conceitos definidos para arquivos não configuram motivos de conflitos, apesar de os autores expressarem-se, em alguns casos, de maneira diferenciada. Observamos pelas definições apresentadas a existência de procedimentos técnicos e de princípios arquivísticos. Logo, fica evidente a necessidade de contar com profissionais habilitados para o trabalho nos arquivos. Assim, acreditamos que tal carência fez surgir a Arquivologia como disciplina, na busca de preencher possíveis lacunas no que se refere às práticas e atividades no seio das instituições arquivísticas. Tal constatação ampara-se em Fonseca (2005, p. 31):

A partir do século XVI, as rotinas da profissão começaram a ser frequentemente disciplinadas por normas regulamentares, algumas inclusive de caráter oficial. Não obstante o conteúdo programático das mesmas, verifica-se que elas têm já iminentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina – a arquivística – como construção conceitual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão dos arquivos. (...) O “saber” e a “prática” estavam já intimamente ligados desde as civilizações mais antigas. São duas realidades indissociáveis, mesmo na fase em que tal “saber” ainda não encontrava suporte em termos regulamentares (FONSECA, 2005, p. 31).

De maneira contraditória a tal afirmação, Rondinelli (2013, p. 117-118) expressa que “o nascimento da arquivologia como disciplina autônoma, no século XIX, não deve ser confundido com a existência de arquivos e de práticas arquivísticas, estes já identificados nas civilizações pré-clássicas”. Tal discordância, externada por meio do pensamento de cada uma das referidas autoras, contribui para a ampliação de futuros estudos, embasados no aspecto teórico, tendo como pano de fundo as questões epistemológicas deste novo

campo científico, confrontando com outros autores, tanto do Brasil como de outros países. Mas não poderíamos fugir da defesa do pensamento que temos sobre essa situação. Não visualizamos a Arquivologia enquanto disciplina sem estar atrelada ao trabalho desenvolvido nos arquivos, uma vez que consideramos a essência da disciplina como uma extensão das práticas arquivísticas, no sentido tanto de aprofundamento como das melhorias do fazer arquivístico. Portanto, corroboramos do pensamento de Fonseca (2005) sobre esta discussão.

Ainda sobre a Arquivologia, não poderíamos deixar de citar a relação desta nova disciplina com outras áreas do conhecimento humano, como a Diplomática e História. Vale ressaltar que essa aproximação poderá representar para a Arquivologia “uma dependência negativa que retardará sua própria delimitação, a ponto de, em seus primórdios, se nutrir da linguagem e da metodologia daquelas disciplinas” segundo Heredia Herrera (1991, p. 29).

No que se refere à relação com a Diplomática, Duranti (1996, p. 3) explica que “até o final do século XIX, os conhecimentos diplomático e arquivístico compartilharam um corpo comum de teoria do qual derivaram métodos e práticas distintas, mas complementares”. Já na relação com a História, a nova ciência simplesmente foi posta na condição de auxiliar, conforme relato de Silva e Ribeiro (2009, p. 114)

A segunda metade do século XIX, em que se desenvolve o Historicismo, agora sob a influência do gosto romântico e das paixões nacionalistas, é o período em que os arquivos se tornam autênticos laboratórios do saber histórico e da atividade dos arquivistas se converte numa verdadeira disciplina auxiliar da História, com a designação de “Arquivologia”.

A nova disciplina tem como marco a publicação da obra *Manual dos Arquivistas Holandeses*, sendo, portanto, um ponto de convergência entre os diferentes autores da área. Tal constatação se ampara no discurso de Fonseca (2005, p. 32), em que

[...] a maioria dos autores considera a publicação do manual escrito em 1898 pelos arquivistas holandeses S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin como o marco inaugural do que se poderia chamar de uma disciplina arquivística, como um campo autônomo de conhecimento.

Com a difusão do *Manual dos Arquivistas Holandeses* entre os profissionais de arquivo, a realidade da nova disciplina com relação às demais mudou de forma significativa. A nova configuração, muito embora não apresente distanciamento no que se refere aos conceitos, abre caminho para o distanciamento no contexto das técnicas. Esta situação pode ser mais bem compreendida pelas palavras de Silva e Ribeiro (2009, p. 115):

Apesar de algumas limitações conceituais, pode-se considerar que este Manual marca o início de um novo período, em que o predomínio da

vertente técnica se vai afirmar, libertando definitivamente a Arquivística das disciplinas a que outrora estivera ligada.

Tal pensamento é compartilhado por Rondinelli (2013, p. 130) quando fala que as práticas arquivísticas sofreram modificações oriundas do referido manual, o que ocasionou o surgimento propriamente dito de uma nova área do conhecimento. Essas práticas permitem reconhecer “a arquivologia como ciência das técnicas arquivísticas (o princípio da proveniência, as tabelas de temporalidade, as regras de verificação de autenticidade dos documentos)”, como defende Araújo (2014, p. 16).

Diante de tudo que foi exposto, trazemos à tona o problema da nomenclatura dessa nova disciplina, que alguns autores denominam de “Arquivística”, e outros a tratam por “Arquivologia”. Nesta situação conflitante, Fonseca (2005, p. 33) sugere “à subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a ideia de arquivo estiver clara, estará clara a ideia de arquivologia”. Poderíamos, então, optar pelo termo *Arquivologia* ao invés de *Arquivística*? É importante esclarecer que o termo primeiro foi codificado do *Manual dos Arquivistas Holandeses*, considerado o marco inaugural do que se poderia chamar de “disciplina arquivística” (PAES, 2004, p. 32). Porém, apesar do uso frequente dos termos *Arquivologia* e *Arquivística* para designar a mesma coisa, estes possuem significados diferentes. Na figura 1, destacamos o significado de cada uma destas palavras.

FIGURA 1 - Compreensão de arquivologia e de arquivística



Fonte: Desenvolvimento nosso, com base em Paes (2004, p. 24).

A utilização dos termos *Arquivística* e *Arquivologia* reflete a problemática existência no contexto da terminologia da área dos arquivos em nosso País. Este, assim como outros conflitos, está presentes neste campo do conhecimento científico por não possuir uma terminologia própria, buscando se completar com os termos de outros saberes existentes. Preferimos optar como chamar a disciplina por “Arquivologia” ou “Disciplina arquivológica”, amparados na tradução fiel do termo *Arquivologia* pelo manual holandês da área em questão.

No tocante à Arquivologia como disciplina no Brasil, Fonseca (2005, p. 67) esclarece:

Certamente a história dos arquivos e da disciplina arquivística no Brasil poderia ser analisada desde muito antes da década de 1970, e esta é uma lacuna na historiografia da área em nosso país. Mas essa década foi de fundamental importância para estabelecer alguns parâmetros que ainda hoje definem as questões arquivísticas no Brasil (FONSECA, 2005, p. 67).

Percebemos na citação anterior que a década de 1970 foi primordial para a Arquivologia enquanto disciplina, porque representa a expansão dos cursos superiores da área. Como bem expressa Fonseca (2005, p. 70), significa “um aumento significativo do número de cursos de arquivologia no país”. A referida autora relata que até 1972 foram criados oito cursos regulares de formação de arquivistas em nível de graduação. Já Alves e França (2011, p. 2) explicam:

No Brasil, a Arquivologia surge a partir do Curso Técnico de Arquivo criado em 1922 pelo Arquivo Nacional. Em 1958 passa por regulamentação e mudança de denominação, ficando então conhecido por Curso Permanente de Arquivos. Mas é no ano de 1973 que o Ministério da Educação e Cultura - MEC certifica o curso como sendo de nível universitário.

Então, consideremos como marco inicial para a Arquivologia como disciplina o curso Técnico de Arquivo, datado de 1922, e não os cursos considerados de nível superiores, uma vez que estes também qualificam as pessoas para atuarem nos arquivos.

Questões pertinentes ao ensino dos arquivos

Na atual conjuntura, a Arquivologia no Brasil ao longo dos anos apresenta crescimento dos cursos superiores da área na modalidade presencial, não existindo nenhum registro de cursos desta natureza na condição da educação a distância. A tabela 1 destaca os cursos existentes nas instituições de ensino superiores brasileiras.

TABELA 1 - Cursos de Arquivologia no Brasil

Ano de Criação	Instituição de Ensino Superior	Sigla	Estado da Federação	Turno
1976	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	Rio Grande do Sul	Diurno
1977	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	Rio de Janeiro	Noturno
1978	Universidade Federal Fluminense	UFF	Rio de Janeiro	Diurno
1990	Universidade de Brasília	UNB	Distrito Federal	Noturno
1997	Universidade Estadual de Londrina	UEL	Paraná	Noturno
1997	Universidade Federal da Bahia	UFBA	Bahia	Diurno
1999	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	Espírito Santo	Noturno
1999	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	Rio Grande do Sul	Noturno
2003	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	São Paulo	Diurno
2006	Universidade Estadual da Paraíba	UEPB	Paraíba	Diurno/ Noturno
2007	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	Amazonas	Noturno
2008	Fundação Universidade de Rio Grande do Sul	FURG	Rio Grande do Sul	Noturno
2008	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	Paraíba	Noturno
2008	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	Minas Gerais	Noturno
2009	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	Santa Catarina	Diurno
2012	Universidade Federal do Pará	UFPA	Pará	Vespertino

Fonte: Desenvolvimento nosso.

A tabela 1, aponta a existência de 16 cursos superiores, sendo apenas 3 pertencentes às universidades públicas estaduais. Apesar de possuir o maior número de estados da federação, a região Nordeste possui apenas 2 estados com cursos em Arquivologia, Paraíba e Bahia. Tal realidade é preocupante, uma vez que as instituições arquivísticas nos demais estados da referida região provavelmente carecem de profissionais qualificados para o exercício das atividades nos arquivos. Isso implica dizer que a documentação pode estar sofrendo com a ausência das práticas arquivísticas, comprometendo o acesso e a preservação da informação arquivística por falta de tratamento adequado.

A Lei 6.546, de 1978, que regulamenta o exercício dos profissionais de arquivo cita duas nomenclaturas para estes trabalhadores: *arquivista*, para os que possuem titulação em cursos superiores em Arquivologia; e de *técnico em arquivo*, para os detentores de certificado de conclusão de curso de segundo grau, mas que deve ser acrescido por treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrado por entidades credenciadas no País. Neste sentido, Fonseca (2005, p. 67) revela:

A profissão de técnico de arquivo nunca foi implementada, pois não existe um curso profissionalizante nessa área. Esse é um fato relevante, na medida em que contribui para cristalizar uma visão monolítica do campo de trabalho na área, fazendo com que arquivistas e estagiários de arquivologia se ocupem indiscriminadamente de todas as tarefas relacionadas com o fazer arquivístico.

Conforme explicitado anteriormente, cursos superiores existem no Brasil apesar de ainda não ser uma realizada presente em todos os estados da federação. No caso dos cursos técnicos, estes não são ofertados. Alguns estados oferecem cursos profissionalizantes, desenvolvidos por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011 pelo governo brasileiro e para serem disponibilizados à população pelas instituições de ensino, públicas e privadas, como o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), que dispõe do curso de Auxiliar de Arquivo.

Na citação anterior de Fonseca, de 2005, ela explica a ausência do curso de Técnico de Arquivo até aquele ano em que sua obra havia sido publicada. Apesar de estarmos no ano de 2016, ainda persiste a problemática sobre os cursos técnicos na área de arquivos, agora com um diferencial, que é a criação de um curso neste mesmo nível, porém na modalidade a distância, que, segundo a Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), será oferecido em 2017 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais (IFMG).

A realidade até então apresentada permite inferir que no Brasil há descaso para com alguns arquivos e instituições arquivísticas, dada à ausência de cursos voltados para a qualificação dos profissionais. Nos estado brasileiros que sequer possuem cursos superiores esta situação deve ser encarada com maior preocupação, ainda quando percebemos a carência de cursos técnicos. Assim, o ensino voltado para as práticas da Arquivologia necessita de melhor atenção por parte dos governos, nas três esferas do Poder Público.

Procedimentos metodológicos

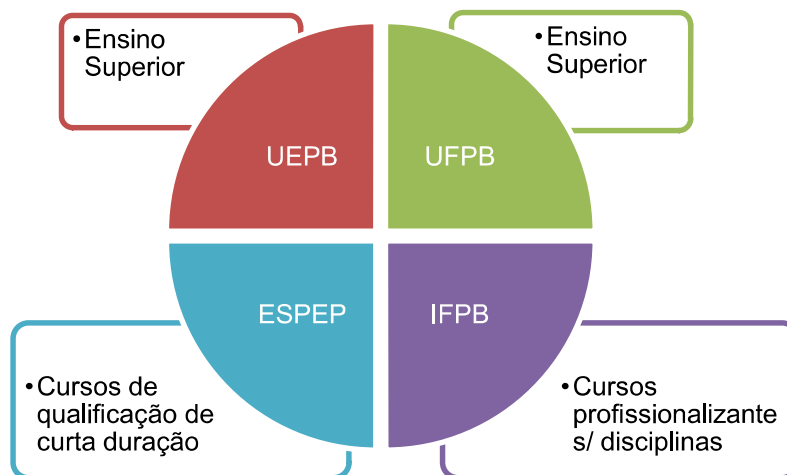
Este trabalho tem por objetivo analisar a oferta de cursos na área da Arquivologia no estado da Paraíba. Neste sentido, nossa pesquisa se constitui como descritiva, que, segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 84) “não há a interferência do pesquisador”. Ainda de acordo com estes autores, neste tipo de pesquisa encontra-se a pesquisa documental, que serviu para a coleta dos dados, a serem discutidos no capítulo posterior.

No que se refere à abordagem, ela recaiu sobre a metodologia quali-quantitativa, que faz uso de números e interpretações destes, para uma melhor compreensão dos resultados. Já sobre o recorte temporal, pesquisamos os cursos ofertados para a população paraibana no ano de 2015, a partir dos editais (documentos) dispostos nos *sites* das instituições de ensino no âmbito do estado da Paraíba.

Análise e discussão dos dados

A figura 2 apresenta as instituições que promoverem cursos na área da Arquivologia no estado da Paraíba e que são disponibilizados à população.

FIGURA 2 - Instituições com ensino na área da Arquivologia no estado da Paraíba



Fonte: Desenvolvimento nosso.

No estado da Paraíba conforme visto na figura 2, existem dois cursos superiores em Arquivologia. O primeiro foi criado em 2006, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com demanda de vagas nos turnos diurno e noturno, totalizando 46 vagas. O segundo em 2008, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com oferta de 60 vagas para o período noturno.

Ainda temos outra importante instituição de ensino da esfera federal que oferta cursos na área da Arquivologia, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). O curso de Auxiliar de Arquivo é oferecido tanto na capital, João Pessoa, como em outras cidades de abrangência deste instituto. Percebemos em nossa coleta que os cursos de Auxiliar de Arquivo apresentam disciplinas diferentes (quadro 1).

QUADRO 1 - Disciplinas dos cursos de Auxiliar de Arquivos dos campi de João Pessoa e Sousa

Auxiliar de arquivo – campus João Pessoa	Auxiliar de arquivo – campus Sousa
Noções Básica de Organização e Administração de Arquivos – 28 horas.	Arquivo: Elemento e definição - 16 horas.
Legislação Arquivista – 16 horas.	Arquivos Correntes Intermediários e Permanentes – 36 horas.
Gestão Documental e Métodos de Arquivamento – 24 horas.	Implantação e Planejamento de Arquivo – 36 horas.
Preservação, Conservação e Restauração de Documentos – 24 horas.	Gestão Documental – 56 horas.
Tabela de Temporalidade – 24 horas.	

Fonte: Desenvolvimento nosso.

Acreditamos que a oferta de diferentes disciplinas dos cursos de Auxiliar de Arquivo do IFPB deve ser para atender a uma demanda de profissionais que ainda não tiveram contato com o ensino da Arquivologia, quando comparamos as disciplinas dispostas no quadro 1. Para Sousa, as disciplinas se voltam para apresentar o arquivo e suas características básicas, enquanto que no caso de João Pessoa elas já se apresentam com certo grau de profundidade dos conhecimentos, como nas questões de preservação, restauração e conservação.

Vale destacar, ainda, que na cidade de João Pessoa o IFPB oferta o curso de Recepcionista no Sistema Socioeducativo Fechado e Sistema Prisional, que apresenta dentre as disciplinas: Arquivo, Protocolo e Rotinas de Documentos, com carga horária de 20 (vinte) horas. Já no curso de Auxiliar de Secretaria Escolar, constatamos a disciplina Técnicas de Organização de Materiais e Arquivamento de Documentos, também com duração de 20 horas.

Por último, analisamos a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP), que em 2015 ofereceu os cursos de Técnicas de Arquivamento e Gerenciamento Documental e Gestão de Acervos Bibliográficos, Arquivísticos e Museológicos. Além de João Pessoa, local em que se localiza a sede da instituição, os cursos foram oferecidos nas cidades de Campina Grande e Santa Luzia em pelo menos sete oportunidades em que as vagas apenas se exige um número mínimo de participantes, 10. Mensalmente, são divulgados os cursos no *site* da ESPEP.

Conclusão

Ao realizarmos esta pesquisa, percebemos a ausência de cursos de diferentes níveis para quem deseja adquirir conhecimentos ou aprofundar os já existentes sobre Arquivologia. É indispensável a oferta de cursos como meio de propiciar qualificação para os profissionais que atuam diretamente nos arquivos ou instituições arquivísticas. A realidade dos cursos superiores já é um avanço, apesar de nem todos os estados brasileiros os possuírem. Um agravante é uma lei falar de um profissional, como no caso do técnico de arquivo, mas no Brasil não existir cursos para qualificar pessoas para o exercício da profissão neste cargo.

Diante do exposto, acreditamos que o Poder Público deveria dedicar mais atenção aos arquivos, que, além de servirem às administrações públicas, são lugares de memória. Portanto, devem ser preservados, para que a sociedade possa conhecer um pouco da sua história.

Referências

ALVES, Isaac Newton Cesarino da Nóbrega; FRANÇA, André Luiz Dias de. **Arquivologia no Brasil: contribuição do Estado da Paraíba**. Disponível em: < <http://www.arquivistasbahia.org/3sba/wp-content/uploads/2011/09/Alves-Franca.pdf>> Acesso em: 9 set. 2016.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 9 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CÂMARA TÉCNICA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (CONARQ). **Curso Técnico de arquivo à distância**. Disponível em: < https://www.facebook.com/CTCRH/?hc_ref=PAGES_TIMELINE&fref=nf >. Acesso em: 8 set. 2016.

FONSECA, Maria Odília. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA (IFPB). **Editais 2015**. Disponível em: < <http://editor.ifpb.edu.br/reitoria/pro-reitorias/proext/editais/editais-2015>>. Acesso em: 3 set. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Auxiliar de arquivo**. Disponível em: < <http://portal.ifrn.edu.br/ensino/cursos/cursos-de-qualificacao-profissional/pronatec/auxiliar-de-arquivo/view>>. Acesso em: 9 set. 2016.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do que - fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 3. ed. Distrito Federal: SENAC, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA (UEPB). **Sobre o curso**. Disponível em: <<http://arquivologiauepb.com.br/curso/sobre-o-curso/>>. Acesso em: 2 set. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). **Relatório de avaliação – arquivologia**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cpa/contents/relatorios/relatorio-de-avaliacao_arquivologia-2015.pdf>. Acesso em: 2 set. 2016.